



## Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência

Mapping bibliographic production on student retention: categories in articulation and retention strategies

Mapeo de la producción sobre permanencia estudiantil: categorías en articulación y estrategias de permanencia

**Maíra Tavares Mendes** – Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC | Ilhéus | BA | Brasil | [mtmendes@uesc.br](mailto:mtmendes@uesc.br) | <https://orcid.org/0000-0003-1697-3133>

**Resumo:** Este artigo busca mapear a produção bibliográfica sobre permanência estudantil por meio de pesquisa bibliográfica exploratória e aprofundar conceitualmente o que se entende por estratégias de permanência estudantil. São apresentados alguns dados descritivos sobre esta produção: ano de produção, tipos de trabalho (teses, dissertações ou artigos), distribuição geográfica, programas de pós-graduação e abordagens metodológicas. Discute-se a construção histórica desta área de estudos vinculada à discussão sobre classe social, bem como as análises mais recentes das relações entre classe e outras categorias, destacando os trabalhos que realizam esta articulação (a exemplo de raça/etnia, gênero, sexualidade, deficiência, nacionalidade). Por fim, discute-se, dentre o *corpus* analisado, os trabalhos que utilizam o termo “estratégias de permanência”, com vistas a sistematizar este conceito nesta área de estudos.

**Palavras-chave:** Permanência estudantil. Estratégias de permanência. Categorias em articulação.

**Abstract:** This article seeks to map the bibliographic production on student retention through exploratory bibliographic research as well as discuss conceptually what is meant by student retention strategies. Some descriptive data about this production is presented: publication year, types of work (theses, dissertations or articles), geographical distribution, postgraduate programs and methodological approaches. The historical construction of this field of study linked to the discussion about social class is discussed, as well as the most recent analysis of the relations between class and other categories, highlighting the works that perform this articulation (such as race / ethnicity, gender, sexuality, disability, nationality). Finally, we discuss among the analyzed corpus texts that mention “retention strategies”, aiming to systematize this concept in this field of study.

**Key words:** Student retention. Retention strategies. Categories in articulation.

**Resumen:** Este artículo busca mapear la producción bibliográfica sobre la permanencia estudiantil universitaria a través de la investigación bibliográfica exploratoria y profundizar conceptualmente el concepto de estrategias de permanencia estudiantil. La investigación se realizó en la Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) y ScieLo. Se presentan algunos datos descriptivos sobre esta producción: año de producción, tipos de trabajo (tesis, disertaciones o artículos), distribución geográfica, programas de posgrado y enfoques metodológicos. Se discute la construcción histórica de esta área de estudios vinculada a la discusión sobre clase social, así como los análisis más recientes de las relaciones entre clase y otras categorías, destacando los trabajos que realizan esta articulación (como raza / etnia, género, sexualidad, discapacidad, nacionalidad). Finalmente, discutimos, a partir del corpus analizado, los trabajos que usan el término “estrategias de permanencia”, con el objetivo de sistematizar este concepto en esta área de estudios.

**Palabras clave:** Permanencia estudiantil. Estrategias de permanencia. Categorías en articulación.

• Recebido em 15 de set. de 2020 • Aprovado em 16 de out. 2020 • e-issn: 2177-5788  
DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-408>

Copyright © 2020. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuem os devidos créditos à publicação, ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



## 1 Introdução

A universidade pública brasileira passou, no período de 2003 a 2015, por uma etapa de grandes alterações morfológicas, motivadas sobretudo pela ampliação de vagas combinada às políticas de ação afirmativa para ingresso.

A definição de permanência (ou o ato de permanecer) se opõe à ideia de mover-se, o que, em se tratando do ensino superior, implicaria em uma saída – por conclusão ou evasão. Uma reflexão sobre a permanência estudantil deve considerar, portanto, que ela caminha *pari passu* com sua antítese: a evasão (uma vez que a conclusão implica em uma saída exitosa do estudante do sistema de educação superior). Assim, pensar a permanência implica em considerar as condições para viabilizar a fruição das oportunidades passíveis de serem vivenciadas na educação superior, com vistas à sua conclusão.

A discussão sobre permanência estudantil está historicamente ligada à discussão sobre desigualdade de classes. Há um conjunto de estudantes para quem a manutenção na universidade se dá de maneira precária e a investigação dessas razões tem apontado como fundamento a desigualdade de classes neste processo. É importante discutir, considerando a classe social bem como outros determinantes sociais, o que incide para impedir o que se espera de um estudante na graduação: que viabilize a conclusão de seu curso. A discussão fulcral da permanência estudantil trata, portanto, daquelas pessoas que são historicamente encaradas como “o outro” numa instituição pensada para formação de elites (se não econômicas, intelectuais). Como compreender outros aspectos relacionados (porém não limitados) à classe que contribuem para a dificuldade de permanência na universidade? Que relação podemos estabelecer entre classe e outras categorias que representam essa ideia de “outro” na instituição?

A partir destes questionamentos, busquei traçar um mapeamento da produção acadêmica dos estudos/pesquisas sobre permanência estudantil, de maneira a identificar quais articulações tem se estabelecido entre



categorias que indicam desigualdades (classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, deficiência). Posteriormente, apresento algumas notas de pesquisa decorrentes deste mapeamento e suas implicações para esta área de estudos, em especial sobre a noção de “estratégias de permanência estudantil”, propondo uma sistematização deste conceito.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem exploratória, realizada ao longo do mês de abril de 2019, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na SciELO – *Scientific Electronic Library Online*. Foram lidos todos os resumos dos 301 trabalhos encontrados e, aqueles que apresentam uma análise articulada de classe junto a outras categorias foram lidos na íntegra. Dentre estes, foram destacados aqueles que trazem uma discussão sobre “estratégias de permanência estudantil”, conforme discutido em seção adiante.

Este texto está organizado em cinco seções: esta introdução; a apresentação de aspectos descritivos dos trabalhos mapeados; uma apreciação dos trabalhos que realizam a articulação da categoria classe a outras – raça, gênero, sexualidade, deficiência e nacionalidade; uma discussão sobre o conceito de estratégias de permanência e as considerações finais.

## **2 Aspectos descritivos sobre os trabalhos analisados**

Há um conjunto de indícios que nos permite afirmar que o tema da permanência estudantil constitui um campo de pesquisa bastante recente. Um dos indicadores é o fato de a produção sobre esta temática estar concentrada em dissertações de mestrado, apresentando reduzido número de teses de doutorado ou artigos de periódicos (Quadro 1) e cujo período de publicação se concentra no final da última década (Figura 1).



Quadro 1 – Trabalhos sobre permanência estudantil por tipo de produção

Tipo de produção	Quantidade de trabalhos
Dissertações de mestrado	230
Teses de Doutorado	35
Artigos de periódicos	36*
TOTAL	301

\* Um dos trabalhos não é propriamente um artigo, e sim a resenha do livro de Piotto (2014), e, portanto, não foi contabilizado dentre os 36 artigos.

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Figura 1 – Produção bibliográfica por ano sobre permanência estudantil na universidade brasileira



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Cumprir destacar que é possível existir um conjunto de trabalhos em andamento sobre a temática, o que exige que os dados a respeito de 2019 não sejam tomados como definitivos para o cômputo da produção.

Se considerarmos as 10 universidades com maior produção sobre a temática, temos nos dois primeiros lugares universidades que foram pioneiras na adoção de políticas afirmativas: a UFBA e a UnB (Quadro 2). A localização geográfica das universidades com maior produção e sua distribuição por estado e região está descrita no Quadro 3, destacando-se



as regiões Sudeste (em especial os estados de São Paulo e Minas Gerais) e Nordeste (com destaque para os estados da Bahia e Ceará).

Quadro 2 – Universidades com maior produção bibliográfica na área de permanência estudantil

<b>Instituição</b>	<b>Quantidade de trabalhos</b>
UFBA	23
UNB	21
UFC	17
UFSC	17
UFPE	16
UFJF	15
UFRGS	14
UNESP	13
PUC RIO	10
UFES	10

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 3 – Distribuição geográfica da produção sobre permanência estudantil

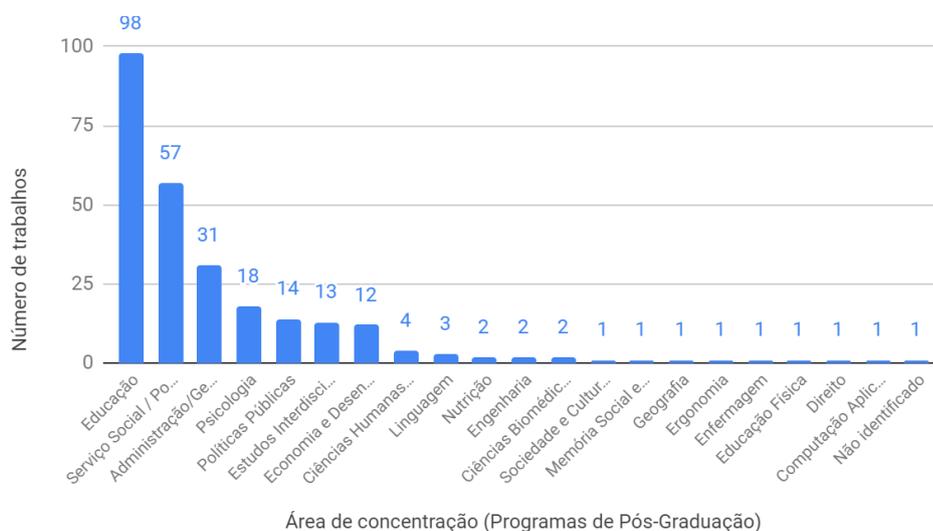
<b>Estado</b>	<b>No. de Trabalhos</b>	<b>Região</b>	<b>No. de Trabalhos</b>
<b>SP</b>	46	<b>Sudeste</b>	104
<b>RS</b>	36		
<b>MG</b>	28	<b>Nordeste</b>	73
<b>BA</b>	27		
<b>DF</b>	23	<b>Sul</b>	71
<b>RJ</b>	25		
<b>PR</b>	21	<b>Centro-Oeste</b>	34
<b>SC</b>	17		
<b>CE</b>	17	<b>Norte</b>	11
<b>PE</b>	11		

Fonte: Elaboração da autora, 2020.



Quanto à área de concentração dos trabalhos, ao analisarmos os programas de pós-graduação em que foram defendidas as dissertações e teses, é possível identificar na Figura 2 uma predominância de trabalhos na área da Educação (37% das teses e dissertações), Serviço Social/Políticas Sociais (22% dos mesmos trabalhos) e Administração/Gestão (12%).

Figura 2 – Distribuição de teses e dissertações sobre permanência estudantil por área de concentração dos programas de pós-graduação

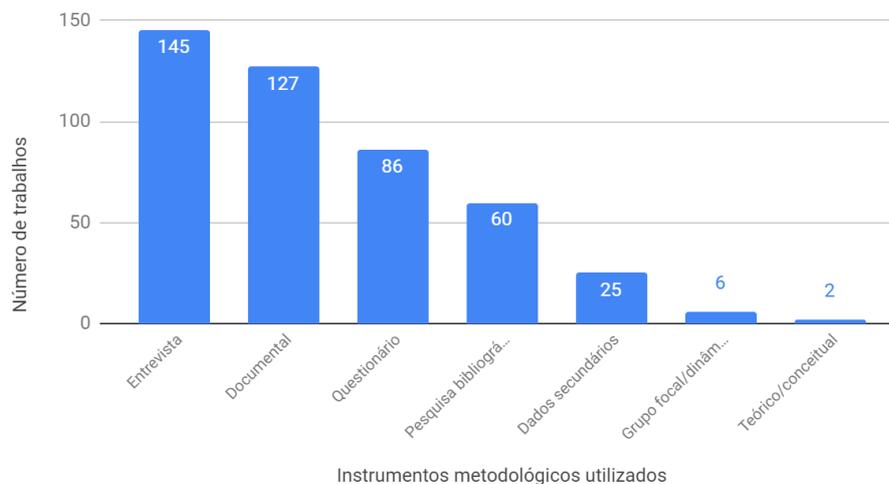


Fonte: Elaboração da autora, 2020.

O fato de estas três áreas somarem mais de dois terços da produção é condizente com a abordagem do objeto de pesquisa da permanência estudantil – como um fator educacional de importância para pensar o nível superior (e portanto que interfere nas condições de realização do fenômeno educativo), como um objeto de trabalho de assistentes sociais (o que é confirmado pela considerável produção teórica de profissionais que atuam nas instituições de ensino superior atendendo às demandas de permanência) e como preocupação de gestão das instituições educativas (geralmente na perspectiva da otimização de recursos, redução de gastos ou eficiência de gestão).



Figura 3 – Instrumentos metodológicos utilizados na produção sobre permanência estudantil



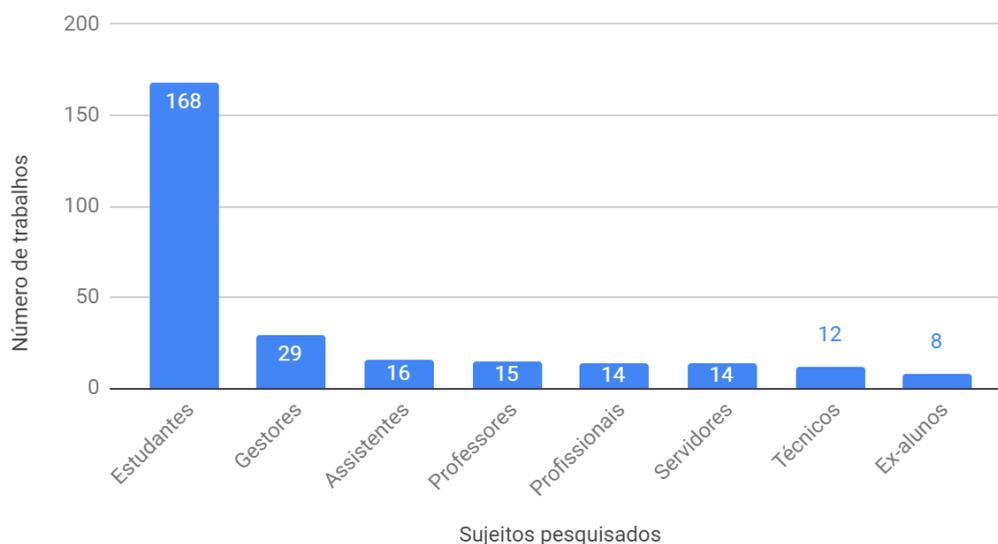
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quanto às metodologias utilizadas, há um predomínio da abordagem qualitativa, seguida de trabalhos que utilizam métodos quali-quantitativos, por meio da análise de dados produzidos por questionários ou bancos de dados secundários.

A tendência à produção de pesquisas de cunho qualitativo pode se perceber pela incidência nos trabalhos analisados de instrumentos metodológicos como entrevistas (48% do total de trabalhos), pesquisa documental (42%) e pesquisa bibliográfica (20%), conforme indicado na Figura 3. Questionários são utilizados em 29% dos trabalhos, e bancos de dados secundários em 8%, dois dos instrumentos mais utilizados em pesquisas qualitativas, ainda que não restritos a este tipo.



Figura 4 – Sujeitos pesquisados na produção sobre permanência estudantil



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quanto aos sujeitos pesquisados nas instituições de ensino superior, há uma proeminência (56%) de trabalhos que investigam estudantes, o que é esperado, uma vez que são os afetados pelas políticas de permanência (Figura 4).

É necessário, entretanto, considerar que há uma lacuna de trabalhos que investigam outros sujeitos da universidade, visto que são atores importantes na implementação das políticas. Dos trabalhos analisados, apenas 10% investigam gestores – que são professores incumbidos institucionalmente das políticas de permanência ou outras correlatas – e 5% investigam os demais professores; assistentes sociais, profissionais de outras áreas, ou servidores de maneira indistinta respondem por 5% dos trabalhos cada; técnicos foram investigados em 4% dos trabalhos; ex-alunos respondem por apenas 3% da produção.



### **3 Articulação entre classe e outras categorias: desigualdades e diferenças**

O mapeamento realizado indica um percurso recente nesse campo de pesquisa, em que algumas inflexões podem ser identificadas. As poucas pesquisas sobre como o estudante permanece na instituição até a conclusão de seu curso foram inicialmente realizadas sob a tônica de políticas assistenciais – não à toa, pesquisas com os descritores “assistência estudantil” predominam num primeiro momento em relação à “permanência”. Assim, a perspectiva deste tipo de política estava voltada à desigualdade de classes entendida como insuficiência de recursos financeiros. Outros recursos, conforme Araújo (2016) e Laranjo e Soares (2006), que envolvem custos monetários, também entram em cena, a exemplo da questão da moradia universitária e seu efeito nos deslocamentos, e, de maneira correlata, os transportes. Portanto, na gênese deste campo acadêmico, classe é uma categoria fundante na análise das desigualdades.

De 2007 em diante, pouco depois da implementação das primeiras políticas de ação afirmativa em universidades (UERJ, UFBA, UNB, UEMS), início do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e consequente expansão de vagas públicas, há uma mudança significativa no ingresso, não só em termos quantitativos, como qualitativos – verifica-se uma mudança de perfil, como indicam pesquisas realizadas pela ANDIFES (2011; 2019). Do ponto de vista da produção de conhecimento no campo da permanência estudantil, destacam-se os trabalhos de Luchmann (2007) e de Góis (2008), que fazem a articulação entre estas duas dimensões – acesso e permanência.

Entretanto, a intensidade do debate público sobre reserva de vagas parece ter levado esta produção a enfatizar a produção de dados sobre ingresso em detrimento da permanência, usualmente citada como uma preocupação, porém ainda sem apresentação de dados muito detalhados. Na produção de conhecimento, a temática das desigualdades de classe passa a dialogar com outros tipos de desigualdades, mormente as raciais,



considerando terem sido os critérios mais questionados pelo *status quo* universitário, conforme Bello (2011), Atche (2014) e Santos (2014). O campo da educação inclusiva e a presença de pessoas com deficiência no ensino superior também passa a ser abordado por Barbosa (2009), Albino (2010), Moreira, Bolsanello e Seger (2011), Goularte (2014) e Loss (2015).

A expansão da presença destes novos sujeitos nas instituições levou também a uma demanda por novas temáticas na produção de conhecimento. A diversificação sobre o que se entende por desigualdades de classe passou a incluir as violências simbólicas vivenciadas por estudantes pobres, a sonegação de conhecimentos decorrente da precarização da educação pública, o sofrimento psíquico decorrente de relações com conflitos de poder. Seguindo a tendência de uma diversificação de pautas nos movimentos sociais, a universidade também passou a considerar, nas análises de classe, suas desigualdades internas – ou, dizendo de outra forma, como negras/os vivenciam as desigualdades de classe combinadas ao racismo-; como as mulheres, em especial as negras, são afetadas, por exemplo, pela dupla/tripla jornada de trabalho como estudantes mães; as formas de apagamento e negação das pessoas trans nos espaços institucionais, e de como isso reafirma suas dificuldades no que concerne à cidadania plena e à inserção profissional; ou de como estudantes com deficiência são invisibilizados e desrespeitados em seu pleno direito à educação superior.

Nesta seção, pretendemos indicar aqueles trabalhos sobre permanência estudantil que agregam uma ou mais categorias à análise de desigualdade de classe. Apresento aqui uma breve discussão sobre os trabalhos e suas consequências teóricas. No âmbito do total de trabalhos do *corpus*, 41 deles têm essa articulação de categorias.

Dentre os trabalhos analisados, a categoria mais recorrente que se articula à classe é a categoria raça/etnia: 22 dos trabalhos analisados fazem esta articulação, em especial voltados à discussão sobre estudantes negros/quilombolas, seguidos dos trabalhos que tratam de indígenas na universidade. A articulação assume desde perspectivas pós-estruturalistas,



como em Tanikado (2015), Gomes (2016) e Scote (2017) a marxistas como Santos (2014), Furtado (2018). Interessante notar, que no âmbito dos estudos do Serviço Social, historicamente marcados pela perspectiva do materialismo dialético e, portanto, da divisão da sociedade em classes, aponta-se a necessidade de incorporação da categoria raça com maior centralidade para compreensão da permanência, a exemplo de Oliveira (2015).

Santos (2014) ressalta a tensão existente entre a necessidade de igualdade (compreendida como combate à desigualdade) de acesso e o reconhecimento da diferença no âmbito da universidade. O autor defende a existência de interdependência entre igualdade e diferença, a partir dos conceitos de articulação, presentes em Hall e Sovik (2008), bem como uma concepção bifocal de justiça de Fraser (2006), que atenda a aspectos de redistribuição (igualdade material) e reconhecimento (das diferenças).

Diversos trabalhos descrevem as ações afirmativas adotadas em instituições e os desafios decorrentes para a permanência estudantil: na UEFS, com Oliveira (2015); UNIFESP, com Dias (2017); UFG, com Palla (2017); UFPE, com Gomes (2016); UFVJM, Santos (2017), UFRGS, com Tanikado (2015), Ferreira (2014), Bello (2011) e UFF, com Góis (2008). Venturini (2017) relata ainda o processo de implementação de ações afirmativas na pós-graduação, no Museu Nacional/UFRJ. Estas descrições envolvem estratégias desenvolvidas pelos estudantes para lidar com sua permanência, considerando, dentre outros fatores, o racismo vivenciado em meio às suas trajetórias acadêmicas.

Campos (2016), Santos (2017) e Melo (2018), em trabalhos sobre a permanência de estudantes quilombolas, destacam a invisibilidade desta questão. Dentre os aspectos ressaltados, estão as dificuldades em perceber que a permanência depende das dimensões material e simbólica, relatando que o reconhecimento de sua condição como quilombolas é ainda precário e estigmatizado no interior das universidades.

Assim, a interculturalidade aparece como categoria central no debate sobre estudantes quilombolas, bem como indígenas. A padronização de



práticas acadêmicas costuma desconsiderar as relações estabelecidas por estudantes indígenas neste novo espaço e em sua relação com o tempo, com Bergamaschi, Doebber e Brito (2018). Renault (2018) discorre sobre os motivos de evasão de estudantes indígenas, que, para além de culturais, também incluem psicossociais, pedagógicos e familiares, a exemplo da distância da família, ou fragilidade do apoio institucional, muitas vezes substituídos por redes de apoio informal constituídas por pares. Há ainda uma discussão sobre a experiência de estudantes indígenas em outras universidades latinoamericanas, como relatam os trabalhos de Ortiz-Velosa *et al.* (2019), com estudantes mapuches no Chile e o trabalho de Achong (2013), em La Araucanía, no Peru.

Mendonça (2017) e Souza (2018), analisando a permanência de estudantes africanos na UNILAB, apresentam ainda uma articulação que envolve, para além de raça e classe, uma dimensão de nação, destacando o grau de virulência do racismo a que estudantes africanos são sujeitos dentro e fora da instituição, e como a política de permanência numa instituição, que tem um discurso voltado à integração, não toma a questão da nacionalidade como uma das dimensões a serem consideradas.

Outra categoria com um número significativo de trabalhos é a de estudantes com deficiência: há 15 trabalhos que abordam esta temática no *corpus*. É especialmente relevante tratar da permanência de estudantes com deficiência e da relação com a permanência do conjunto de estudantes na instituição, visto que a perspectiva teórica usualmente mobilizada nestes trabalhos é o da educação inclusiva, ou seja, uma educação que viabilize a participação de todas as pessoas em sua pluralidade.

Uma abordagem crítica da educação inclusiva é defendida por Borgmann (2016), baseada em Oliveira (2009), destacando que é necessário problematizar o termo inclusão, visto que todos os seres humanos estão incluídos na lógica do sistema capitalista, porém de maneira desigual. Assim, há inclusões que podem ser caracterizadas como privilegiadas e outras mais desvantajosas, e que são dialeticamente articuladas, ainda que a maior parte dos processos de inclusão no



capitalismo se configurem como escassez, falta, ausência e desumanização. Borgmann (2016) defende que a educação inclusiva deve se aproximar da ideia de formação humana defendida por Frigotto (2003, p. 85), que “diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano, capazes de ampliar a capacidade de satisfação das múltiplas necessidades no seu devenir histórico”.

De maneira semelhante, Sousa (2014), em estudo sobre estudantes universitários com deficiência visual, compreende inclusão como um direito, e que a sociedade é responsável pelas adaptações necessárias a seu pleno exercício, bem como às práticas educacionais que valorizem os diferentes potenciais de aprendizagem. Pensar a inclusão nesta perspectiva implica em analisar barreiras limitantes e facilitadores possíveis, conforme Muccini (2017), em trabalho que analisou estudantes com surdocegueira no ensino superior.

Na discussão sobre estudantes com deficiência, o debate sobre o reconhecimento das diferenças, também presente nos trabalhos sobre raça/etnia, toma ainda mais força. Existe uma defesa do reconhecimento institucional das especificidades para viabilizar a permanência destes estudantes. Exemplo disto é o trabalho de Borgmann (2016), que parte do conceito de reconhecimento do filósofo alemão Axel Honneth. Oliveira (2017) cita a identidade da pessoa com deficiência visual como chave para a instituição compreender as especificidades avaliativas e necessidades de mudanças na universidade para que estes estudantes concluam seus cursos com qualidade.

Assim, neste grupo de trabalhos, as dificuldades de permanência para estudantes com deficiência estão ligadas ao reconhecimento institucional (na forma de órgãos, bem como na tomada de atitudes práticas por parte da instituição para viabilizar adaptações), relação com docentes (formação, sensibilidade e abertura para adaptar suas práticas às necessidades dos estudantes), acessibilidade arquitetônica ou de materiais, conforme Sousa (2014), Muccini (2017) e Oliveira (2017).



Os trabalhos que abordam relações entre permanência estudantil e gênero e/ou sexualidade são ainda pouco numerosos: 10 trabalhos abordam estas temáticas, sendo que apenas 2 tratam de alguma forma da sexualidade. Silva (2017) discute a implementação do nome social em universidades estaduais do Paraná, enquanto o trabalho de Scote (2017) aborda a presença de estudantes transexuais na educação superior, tratando do acesso e permanência e problematizando o usufruto do direito à universidade para a população T, analisando as articulações entre a identidade de gênero e identidade racial.

A pouca presença de mulheres em algumas carreiras específicas, sobretudo aquelas ligadas às Ciências Exatas, é abordada no trabalho de Teixeira (2016), no Instituto Federal de Goiás, campus Urutaí, que analisa as políticas de assistência estudantil com este recorte. Esta temática também é tratada por Carvalho (2018), que apresenta importante contribuição, a partir da aplicação de uma escala para avaliar a permanência estudantil, que foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade da UFPB. A autora analisa trajetórias atípicas (mulheres em cursos majoritariamente masculinos e homens em cursos majoritariamente femininos) e a relação entre gênero e prestígio acadêmico, a partir de obras de Pierre Bourdieu.

Almeida (2018) busca reconstruir por meio da história oral a memória de mulheres que habitaram a Casa do Estudante Universitário da UFRGS, em Porto Alegre, buscando indagar as motivações para habitar a moradia estudantil, bem como trazendo o registro sobre a interdição de mulheres habitarem a moradia masculina, e de como as mulheres pesquisadas contornaram esta proibição por meio de uma ocupação.

Em Santos (2014) há o registro pioneiro do debate sobre permanência e maternidade. A autora investiga como ocorre a conciliação entre as tarefas domésticas (sobretudo maternagem) e a escolarização em nível superior de estudantes da UFBA trabalhadoras. Para tal, trabalha o conceito de afiliação, conforme o referencial da etnometodologia, baseada em Coulon (2008), para quem afiliar-se significa “tornar-se membro”, ou seja,



adquirir o novo status social de estudante universitário, por meio da adaptação aos novos códigos da instituição universitária. Santos (2014) trata das dificuldades apontadas pelas estudantes-mães-trabalhadoras, em especial no quesito tempo, visto que em nenhum dos casos estudados foi possível abdicar do trabalho remunerado para dedicar-se aos estudos, fazendo com que os arranjos de tempo impeçam que estas estudantes participem com maior intensidade da vida universitária.

É importante destacar ainda que o debate sobre gênero e permanência na universidade é atravessado pela questão racial. Além dos trabalhos citados acima, os trabalhos de Palla (2017), Gomes (2016), Góis (2008) e Achong (2013) abordam as sobreposições entre gênero e raça na experiência da permanência estudantil, em alguns casos adotando explicitamente o paradigma da interseccionalidade, segundo Crenshaw (1991; 2004).

#### **4 Estratégias de permanência: sistematizando o conceito**

O conceito de estratégia está presente em diversos dos trabalhos do *corpus*. No entanto, identificamos uma ausência de tratamento teórico deste conceito. Apresentamos aqui os conceitos de estratégia segundo dois autores mais recorrentes nos trabalhos analisados: Pierre Bourdieu (1990) e Certeau (1998).

Para Bourdieu (1990):

as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica (SETTON, 2002, p. 64).

A ideia de uma certa “inconsciência” no conceito de estratégia nos parece insuficiente para dar conta dos movimentos intencionais dos estudantes no intuito de evitar a evasão. Por outro lado, há o conceito de estratégia, segundo Certeau (1998), para quem as estratégias são ações que devido à premissa de um lugar de poder, a propriedade de algo exclusivo, desenvolvem lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes),



capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Se o conceito de Bourdieu (1990) nos parece demasiadamente “inconsciente”, o de Certeau (1998) parece carecer de um certo “pragmatismo” presente nas ações cotidianas empreendidas pelos estudantes no intuito de se manter na universidade.

Buscamos aqui expor brevemente os usos do conceito de estratégias de permanência no corpus trabalhado, com vistas a delinear um conceito que acreditamos ser útil para o conjunto de pesquisas da área.

Scote (2017) utiliza o termo “estratégias” para tratar das formas pelas quais estudantes trans lidam com a aversão aos seus corpos, ou quais “estratégias que as/os jovens/estudantes/trans produzem para subverter as marcas de suas vidas precárias e os preconceitos acarretados por sua expressão de gênero no espaço universitário” (SCOTE, 2017, p. 33). O termo estratégias é utilizado pelos próprios sujeitos pesquisados, ainda que nem sempre definido com clareza, o que também ocorre em Dias (2017), que se aprofunda mais nos desafios do que nas estratégias.

Gomes (2016) trabalha a noção de “estratégia de inclusão e permanência” a partir dos conceitos e estratégia e tática de Michel de Certeau, para quem a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. Nas palavras de Gomes (2016, p. 44):

A despeito das estratégias elaboradas no campo universitário, os/as jovens articulam os próprios recursos para empreenderem sua formação superior. A questão é que se o uso de estratégias estiver direcionado à participação estudantil, ela aparece associada a intervenções institucionais, enquanto produtora de um cotidiano universitário subjetivado por sentidos temporais e espaciais, repercutindo em movimentos instalados pelos indivíduos em seus domínios de ação. Entendo que os percursos dos/as universitários/as parecem estar de acordo ora com a determinação de um poder disciplinar, instaurado pelo discurso acadêmico, ora pela ‘astuta’ utilização do tempo de formação, relativizado por trajetórias diferentes entre si.

Assim, para Gomes (2016), estratégia implica tanto no conjunto de discursos e movimentos realizados pelos próprios estudantes, quanto nas repercussões institucionais a partir destes movimentos – a autora trabalha



as estratégias de permanência no discurso de estudantes e as posições de resistência institucionais.

Melo (2018) faz uma diferenciação interessante entre as estratégias de acesso e permanência formais – as desenvolvidas pela universidade – e as informais ou pessoais – aquelas desenvolvidas pelos estudantes quilombolas da UFRB em seu cotidiano. A autora destaca que o sujeito, na construção de sua trajetória, mobiliza esquemas simbólicos próprios, complexos e heterogêneos, o que inclui estratégias de enfrentamento e luta no interior da instituição. O termo “estratégias de sobrevivência” mobilizado pela autora destaca ainda que é importante considerar o campo material e simbólico, conforme Santos (2014), para tratar de permanecer no ambiente universitário.

Campos (2016, p. 95), em trabalho sobre estudantes quilombolas da UFPA, destaca que a permanência deve ser compreendida para além da “assistência estudantil” (permanência material), mas também a simbólica:

várias dificuldades desses estudantes para permanecer nos cursos de graduação advêm de barreiras sociais, culturais, psicológicas, dentre outras, resultantes das inúmeras situações que enfrentam no percurso acadêmico.

Como exemplo, a autora cita o fato de estudantes quilombolas precisarem construir uma rede de sociabilidade, vivendo em outro local, fora da comunidade, distante do seu modo de vida, descobrindo outra realidade, e tendo ainda que enfrentar a invisibilidade quilombola dentro da própria instituição. Como estratégias de enfrentamento e resistência para permanecer na instituição, Campos (2016, p. 110) destaca “a afirmação identitária no percurso acadêmico, demonstrando quem é o sujeito quilombola”, ressaltando a importância do processo de reconhecimento de sua condição no âmbito da instituição.

Mendonça (2017) trabalha o conceito de “estratégia de enfrentamento ao racismo” desenvolvido por estudantes africanos da UNILAB, o que inclui, assim como destacado nos trabalhos anteriores sobre estudantes quilombolas: 1) a afirmação da identidade de africano/a,



negro/a e/ou diaspórica; 2) a organização coletiva/ativismo de estudantes na luta por respeito e reconhecimento. Além disso, acrescenta ainda um terceiro aspecto: a inclusão em redes ou grupos de apoio, por meio do estabelecimento de vínculos relevantes para romper o isolamento de indivíduos.

Góis (2008), ao analisar diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência na UFF, categoriza as seguintes estratégias de permanência, ligadas à questão material: 1) associação entre trabalho e estudo (eventualmente já reproduzindo o ocorrido no ensino médio); 2) estudar no período noturno (favorecendo a possibilidade de trabalhar durante o dia); 3) pleito de bolsas e auxílios, sejam diretamente ligados à política de permanência estudantil institucional ou não (a exemplo de bolsas de pesquisa, monitoria, extensão e treinamento). Estas três categorias são úteis para analisar que recursos estudantes mobilizam para viabilizar sua manutenção material na universidade, e acrescentaríamos ainda a possibilidade de ajuda por meio das famílias, um recurso nem sempre disponível para estudantes mais pobres.

No tocante à permanência simbólica, Oliveira (2015) elaborou um questionário em que categoriza as seguintes estratégias de permanência: 1) busca cooperação de colegas/professores; 2) prefere ficar com cotistas ou iguais (classe, raça/ cor); 3) estuda muito para ter melhor desempenho nas disciplinas; 4) já tentou mudar a aparência para ficar mais parecido com os colegas; 5) busca a invisibilidade. Chama a atenção o fato de que a maior parte dos cotistas pesquisados aposta na estratégia de estudo e da cooperação de colegas e professores, além do fato de nenhum ter indicado a opção da invisibilidade.

A partir do *corpus* analisado, propomos que o seguinte conceito para estratégias de permanência: conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até sua conclusão. Estas estratégias podem ser consideradas no âmbito informal, seja individual ou coletivamente, ou



formal, instituídas como política institucional. Tanto as estratégias informais como formais podem abarcar a dimensão material: conciliação entre trabalho e estudo, estudo no período noturno, busca por bolsas e auxílios, subsídio familiar; quanto à dimensão simbólica. No aspecto da dimensão simbólica da permanência, há estratégias mais ligadas a processos individuais: buscar estudar mais para se sair melhor na disciplina, buscar apoio em colegas e professores; quanto processos mais ligados a dinâmicas coletivas, como a afirmação da identidade e busca por reconhecimento; estabelecimento de grupos e redes de apoio, bem como formas de organização coletiva com vistas a reivindicações frente à instituição e à sociedade.

## **5 Considerações finais**

A partir do conjunto de trabalhos analisados, destacamos que a área de estudos sobre permanência estudantil é ainda relativamente recente, tanto pelo tipo de trabalhos predominantes (dissertações de mestrado), quanto pela concentração de trabalhos na última década. Trata-se ainda de um campo interdisciplinar, dialogando sobretudo com pesquisas do campo da educação, serviço social e administração.

Há espaço para o desenvolvimento de pesquisas aprofundadas sobre uma série de questões, desde políticas educacionais mais amplas como o PNAES em nível nacional ou sua operacionalização nas instituições de educação superior; programas específicos de cunho material como moradia, transporte, bolsas, creche; programas de apoio pedagógico ou psicológico, a exemplo de monitorias, atendimento clínico, grupos de acolhimento; iniciativas de combate a violências simbólicas, dentre outros. Pesquisas que envolvam servidores da instituição são ainda pouco numerosas, e poderiam contribuir para uma operacionalização mais efetiva da política de permanência estudantil.

A articulação da categoria classe a outras categorias, a exemplo de raça, deficiência, gênero, sexualidade e nacionalidade é um refinamento teórico ainda a ser mais desenvolvido, a julgar pelo baixo número de



trabalhos que realizam esta interseção. Estudantes que, além de vivenciarem as desigualdades de classe na instituição universitária o fazem a partir da combinação de outros tipos de desigualdade, a exemplo da desigualdade racial, são sujeitos a pressões ainda maiores rumos às margens da educação superior. Neste sentido, o reconhecimento de suas identidades é um passo importante para transformar as dinâmicas de desigualdades em convivência com as diferenças.

Por esta razão, buscamos sistematizar as estratégias de permanência desenvolvidas, primeiramente pelos estudantes e que, frequentemente por pressão reivindicativa, levaram a instituir estratégias institucionais de permanência. As estratégias estudantis para permanecer na universidade envolvem desde soluções possíveis de sobrevivência material a esquemas simbólicos próprios, individuais e coletivos, visando uma convivência que garanta condições suportáveis e, na melhor das hipóteses, agradáveis, para a experiência universitária.

## Referências

- ACHONG, Júlio C. Universidad Nacional Agraria La Molina–Perú: inclusión social y discriminación social. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 24, p. 135-150, 2013.
- ALBINO, Ivone B. **Acesso e permanência na universidade federal do rio grande do Norte sob o ponto de vista do docente e do estudante com deficiência Natal-RN**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- ALMEIDA, Dóris B. “Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre”: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 259-278, 2018.
- ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE), 2011, Brasília.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Uberlândia: UFU, 2019.
- ARAÚJO, Anne Caroline C. **A percepção discente sobre a residência universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ATCHE, Ana Cláudia dos R. **Política pública de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da**



Bahia. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BARBOSA, Frederico K. **Professores com deficiência no ensino superior: estudo de trajetórias escolares.** 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

BELLO, Luciane. **Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico.** 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele B.; BRITO, Patrícia O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan. 2018.

BORGMANN, Marta E. **Reconhecimento da diferença: desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior.** 2016. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

CAMPOS, Lais R. **Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência.** 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARVALHO, Rayana A. de. **Uma análise da permanência acadêmica em cursos de predomínio feminino e masculino da Universidade Federal da Paraíba.** 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: CRUZAMENTO: Raça e Gênero, Painel 1, 2004, Brasília. Anais [...].* Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Identity politics, intersectionality, and violence against women. **Stanford Law Review**, Palo Alto, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DIAS, Sonia M. B. **Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).** 2017. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, Rosane C. **Os estudantes indígenas em cena: a memória coletiva sobre a inclusão na universidade.** 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário LaSalle, Canoas, 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, Cláudio O. **Ações afirmativas na sociedade de classes**: um estudo sobre o ingresso do negro na Unioeste (2014-2016). 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.

GÓIS, João B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768, dez. 2008.

GOMES, Vanessa B. M. **Juventude e projeto de vida**: um estudo interseccional dos modos de subjetivação de universitários/as de origem popular. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GOULARTE, Ravele B. **Acesso e permanência no ensino superior**: estratégias de governamento da conduta de alunos surdos incluídos. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv [Orgs.]. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LARANJO, Thaís H. M.; SOARES, Cássia B. Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 1027-1034, 2006.

LOSS, Jaqueline R. **Percursos de escolarização de acadêmicos surdos no ensino superior**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LUCHMANN, Júlio Cesar. C. **Ensino superior no Brasil (1994-2006)**: políticas de acesso e permanência. 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

MELO, Tiara S. **Democratização do ensino superior**: acesso e permanência de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2018. 358 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MENDONÇA, Francisco W. O. **Implicações psicossociais do preconceito e do racismo em estudantes africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MOREIRA, Laura C.; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosângela G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 125-143, set. 2011.

MUCCINI, Patrícia. **Estudantes com surdocegueira na universidade**: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Carina S. de C. **Ações afirmativas na universidade estadual de Feira de Santana-UEFS**: permanência das (os) estudantes cotistas no ensino



superior. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2015.

OLIVEIRA, Crisitna B. **Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na educação superior.** 2009. 210 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Maria V. M. de. **Acessibilidade e ensino superior:** desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri – URCA sob a perspectiva da avaliação educacional. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ORTIZ-VELOSA, Eliana M. *et al.* Ser mapuche en la universidad: condiciones de ingreso a la formación inicial docente, La Araucanía. **Revista Electrónica Educare**, Costa Rica, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2019.

PALLA, Amanda C. F. **Ações afirmativas na UFG:** Psicologia para mudança e fortalecimento de minorias sociais. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PIOTTO, Débora C. (Org.). **Camadas populares e universidades públicas:** trajetórias e experiências escolares. São Carlos: Pedro e João Editores, 2014.

RENAULT, Cláudia R. N. dos S. **Educação superior indígena na UnB:** perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Marianna L. A. S. **Itinerários universitários:** a permanência de mães trabalhadoras nos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Sergio P. **Os intrusos e os outros quebrando o aquário e mudando os horizontes:** as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes 2006-2012. 2014. 390 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTOS, Warley A. M. dos. **Política de assistência estudantil:** um estudo sobre o Programa Bolsa Permanência e os primeiros beneficiários indígenas e quilombolas no IFNMG - Campus Januária. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

SCOTE, Fausto D. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, ago. 2002.

SILVA, Aline O. G. da. **Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná:** coalizões, permanências e persistências.



2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SOUSA, Teana F. B. de. **Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC**: a percepção dos alunos com deficiência visual. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SOUZA, Osmaria R. **Pensando os direitos de cidadania dos/as estudantes africanos/as no Brasil**: estudo de caso sobre a política de assistência estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2010-2017). 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018.

TANIKADO, Grace V. F. **Ações afirmativas na UFRGS**: um percurso cartográfico. 2015. 125 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TEIXEIRA, Luciana de G. A. **Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí**: um olhar de gênero. 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

VENTURINI, Anna C. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1292-1313, dez. 2017.